

10 • MEIO-AMBIENTE

O GLOBO

Sábado, 9 de setembro de 1989

# Mato Grosso tenta deter devastação do garimpo

Fotos de Jupirany Devillart

MONTEZUMA CRUZ

**CUIABÁ** — O Governo de Mato Grosso está cadastrando todos os garimpeiros em atividade nos municípios produtores de ouro e diamante, temendo o comprometimento cada vez mais acelerado das bacias hidrográficas do Estado.

— Nossos rios e córregos viraram lama pura e estão cheios de mercúrio. Não há como escapar ao desastre — lamenta o Secretário de Meio Ambiente Sérgio Guimarães.

Em companhia do Coronel José Meireles, que comandou o 9º Batalhão de Engenharia na abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) na década de 60 e que hoje assessora a Diretoria do Sindicato dos Garimpeiros de Mato Grosso, Guimarães liderou uma equipe de técnicos em visita às áreas degradadas.

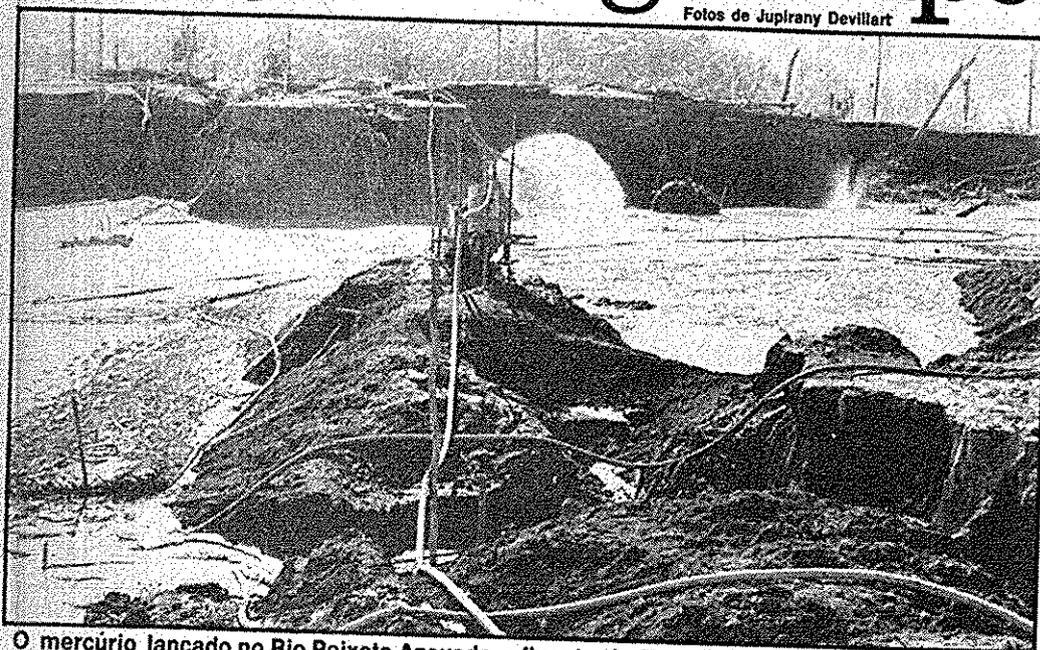
Ele afirma que o Governo vive atualmente um "desespero de causa", pois a situação tornou-se incontrolável desde a baixada cuiabana ao "Nortão". Tudo foi invadido por garimpeiros de diferentes procedências.

Diariamente, cinco a dez garimpeiros maranhenses e paraenses chegam a Matupá e Peixoto de Azevedo, a mais de 800 quilômetros de Cuiabá, na região Norte do Estado, aumentando o contingente hoje estimado em cerca de 200 mil homens, conforme levantamento do sindicato da categoria.

O sindicato, as secretarias de Segurança e Saúde, a Companhia de Mineração do Estado e o Departamento Nacional de Produção Mineral acabam de criar um projeto-piloto para ordenar, pela primeira vez



Em Matupá, no Norte do Estado, cerca de quatro mil garimpeiros já assorearam vários rios



O mercúrio lançado no Rio Peixoto Azevedo, alluente do Tapajós, atinge a bacia amazônica

na história recente do País, a atividade garimpeira na Amazônia.

— A idéia é mais ou menos esta: quem está dentro não sai, quem está fora não entra — explicou esta semana Sérgio Guimarães, ao anunciar o início de um censo completo nos garimpos.

Com o cadastramento, o Governador Carlos Bezerra pretende mostrar ao Governo federal e as entidades ambientalistas que é possível salvar matas e rios ameaçados pela atividade predadora. Os órgãos envolvidos com o projeto-piloto estão animados com o vigoramento da lei 7.805, de julho deste ano, que instituiu o regi-

me de permissão de lavra garimpeira. A outorga da lavra depende agora diretamente do prévio licenciamento ambiental, concedido em Mato Grosso pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema).

— Quem desmatar vai ter que repor a mata. Quem desviar leito de rio ou córrego, ou despejar mercúrio na água, terá que recuperar o ambiente. E se isso não for feito logo, nosso Estado vai virar um caos — adverte o Governador Carlos Bezerra.

O Diretor Técnico da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Agropecuá-

ria, Luiz Gonzaga de Barros, disse que em Juína, Noroeste do Estado, quatro pesquisadores abandonaram o serviço para também correr atrás dos diamantes. O Deputado Milton dos Santos (PFL), proprietário de terras e de um hotel em Juína, diz que já há um êxodo:

— Mais de 40% da população do município já trocou de atividade, em prejuízo do café, arroz, milho, feijão, borracha e outros produtos.

A ecologista Viviane Amaral acha que a invasão garimpeira "subverte" o latifúndio, fazendo ali o que os sem-terra nunca conseguiram no centro-sul brasileiro: uma reforma

agrária à força. Mas está desestimulada:

— Eles ocuparam espaço em Mato Grosso, mas com uma política de terra arrasada.

Duas agropecuárias da região, a Mogno e a Cachimbo, donas de mais de 500 mil hectares de terras, ingressaram na Justiça para retirar os garimpeiros de suas áreas, temendo que o gado criado nas pastagens da região possa contaminar-se ao beber a água dos córregos e rios nos quais são jogados mercúrio e óleo.

— Como evitar o conflito social, se catarinenses, gaúchos e paranaenses pressionam de um lado e maranhenses e paraenses de outro? — questiona o Secretário Sérgio Guimarães.

Na viagem a Matupá e Peixoto, ele observou que as agropecuárias já estão destinando áreas somente para a exploração de ouro. O geólogo Alberto Siqueira Barros, da Fema, que também esteve lá, acha que se a organização dos garimpos der certo, os garimpeiros se conscientizarão e assumirão responsabilidades ambientais.

— Teoricamente isso reduziria os conflitos. Mas se a invasão continuar e o cadastramento vingar, o Governo terá de invocar a lei e recorrer a polícia para retirar o excedente.